



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CONVÊNIO N.º 27/08

Processo Administrativo n.º 08/10/50479

Interessado : Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: **CONVÊNIO** para manter, em regime de cooperação mútua entre os **CONVENETES**, um Programa de Parceria na Assistência à Saúde no campo da assistência médica, hospitalar, ambulatorial e domiciliar oferecida à população, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Campinas.

CNES: 2022621

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ sob o n.º 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, n.º 200 – Centro – Campinas – São Paulo, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, **Dr. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS**, portador do RG n.º 4.420.442 SSP/SP e do CPF n.º 721.114.708-30, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo **Sr. JOSÉ FRANCISCO KERR SARAIVA**, portador do RG n.º 6.381.993-SSP/SP e do CPF n.º 983.189.188-00, na qualidade de gestor do SUS Municipal, assistidos pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, representada pelo **Sr. CARLOS HENRIQUE PINTO**, doravante denominado **CONVENENTE** e, de outro, a **IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS**, entidade de fins filantrópicos, doravante denominada simplesmente **CONVENIADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.045.290/0001-90, com sede na Av. Benjamin Constant, n.º 1657 – Centro - Campinas – São Paulo, representada por seu Provedor, **Sr. MURILLO ANTÔNIO MORAES DE ALMEIDA**, portador do RG n.º 7.901.729-0 SSP/SP e do CPF n.º 272.001.756-68, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO** de Cooperação Interinstitucional, tendo em vista o que dispõem a Constituição Federal, artigo 196 e seguintes; as Leis Orgânicas da Saúde n.º 8.080/90, em especial artigo 24, 25 e 26 e Lei n.º 8.142/90; a Lei n.º 8.666/93, em especial artigo 116, e suas alterações, no que couber; a Constituição Estadual, artigo 218 e seguintes; a Lei Complementar Estadual n.º 791/95; Lei Orgânica do Município, Portaria do Ministério da Saúde GM n.º: 2553/98, a Portaria do Ministério da Saúde GM n.º 358, de 22 de fevereiro de 2006, Decreto Municipal n.º 16.215, de 12 de maio de 2008, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as cláusulas seguintes:



PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente **CONVÊNIO** tem por objeto **manter**, em regime de cooperação mútua entre os **CONVENENTES**, o **Programa de Parceria na Assistência à Saúde no campo da assistência médica, hospitalar, ambulatorial e domiciliar**, oferecida à população, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Campinas.

1.1.1 Os serviços conveniados, ora pactuados, estão detalhados através de seus respectivos Planos de Trabalho e Fichas de Programação Orçamentária anexos, que são partes integrantes deste **CONVÊNIO**, agrupados nas seguintes categorias:

1.1.2. **ASSISTÊNCIA HOSPITALAR**: compreende as **INTERNAÇÕES ELETIVAS** conforme definidas no Plano de Trabalho I;

1.1.3. **ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**: compreende as **CONSULTAS MÉDICAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS E DE OUTROS PROFISSIONAIS E SERVIÇO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA – SADT**, definidos no Plano de Trabalho II e na Ficha de Programação Orçamentária – FPO;

1.1.4. A realização de **EXAMES NA ÁREA DE MEDICINA NUCLEAR, AÇÕES ESPECÍFICAS DA ÁREA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E PATOLOGIA CLÍNICA** encontra-se definida no Plano de Trabalho III e na Ficha de Programação Orçamentária – FPO;

1.1.5. A especificação da manutenção das atividades **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E INTERNAÇÃO DOMICILIAR (SAID)** encontra-se definida no Plano de Trabalho IV;

1.1.6. **APOIO AO PRONTO SOCORRO CENTRO** cuja especificação das atividades a serem mantidas encontram-se definida no Plano de Trabalho V;

1.1.7. **PROJETO DE ADEQUAÇÃO DAS CAMPANHAS DE CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE** do Ministério da Saúde, conforme a Portaria MS/GM nº: 958, de 15 de maio de 2008, disposto no Plano de Trabalho VI e na Ficha de Programação Orçamentária;

1.1.7.1. Este Projeto possibilitará ao Município/Estado apresentar projetos para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos com demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

reprimida dentre a lista de procedimentos apresentados pelo Ministério da Saúde.

1.1.8. CONTRATO METAS concernente ao Programa de Parceria na Assistência à Saúde do Município de Campinas a serem realizados pela **CONVENIADA**, conforme definidos no Plano de Trabalho VII, visando à qualidade dos serviços prestados, resolubilidade, integralidade, humanização, dentre outros. O mesmo será avaliado trimestralmente, com apresentação dos dados de cada mês de competência, desde que atendidos os pré-requisitos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho VII.

1.2. O presente **CONVÊNIO** busca avançar na construção do Modelo Assistencial Humanizado, que valoriza a atenção integral dos usuários.

1.3. Os **CONVENENTES** poderão programar outros Planos de Trabalho, desde que acordados entre as partes e que não cause alteração do objeto do **CONVÊNIO** firmado.

1.4. Os **CONVENENTES** poderão programar, também, a realização de “mutirões”, acordados através de Planos de Trabalho específicos.

SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

2.1. O presente **CONVÊNIO** fica submetido às seguintes condições gerais:

2.1.1. A **CONVENIADA** se obriga a obedecer todas as normas técnicas e administrativas, bem como aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, especialmente aquelas ditadas pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 1.695, de 23 de setembro de 1.994 e suas posteriores alterações, e, também, as normas do Sistema Nacional de Auditoria e Sistema Municipal de Auditoria do SUS;

2.1.2. O acesso aos serviços ambulatoriais e hospitalares de natureza eletiva disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde/Campinas, através deste **CONVÊNIO**, efetivar-se-á através dos componentes de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde;

2.1.3. O acesso aos serviços ambulatoriais e hospitalares de natureza emergencial realizar-se-á em conformidade com as normas e fluxos estabelecidos pelo Comitê Gestor Municipal de Urgência e Emergência de Campinas, no qual há representação da **CONVENIADA**;



2.1.4. Todas as internações, bem como as consultas ambulatoriais e demais procedimentos eletivos, realizadas pela **CONVENIADA**, deverão ser previamente autorizadas pela Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do **CONVENENTE**;

2.1.5. Os atendimentos realizados observarão os protocolos técnicos estabelecidos pelos **CONVENENTES** em consonância com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde;

2.1.6. O encaminhamento e atendimento do usuário deverão ocorrer em conformidade com as rotinas e fluxos estabelecidos para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência;

2.1.7. As prescrições de medicamentos observarão a Relação Nacional de Medicamentos - RENAME, excetuadas as situações ressalvadas em protocolos avalizados pelo **CONVENENTE**, através da Secretaria Municipal da Saúde;

2.1.8. Os processos de atendimento deverão contemplar as orientações da Política Nacional de Humanização do SUS;

2.1.9. É vedado cobrar da pessoa atendida pela **CONVENIADA**, ou do seu responsável, qualquer valor adicional àquele pago pela Secretaria Municipal de Saúde para atividades objeto deste **CONVÊNIO**, uma vez que todas as ações e serviços executados pela **CONVENIADA**, em decorrência do presente **CONVÊNIO**, não gerarão ônus ao usuário. Comprovada a cobrança, através de processo administrativo no qual se garanta o direito de defesa à **CONVENIADA**, haverá a denúncia imediata do presente **CONVÊNIO** com a retenção do valor relativo à cobrança para o ressarcimento do (a) Reclamante. Nestes casos, o **CONVENENTE** deverá realizar a remessa dos autos ao Ministério Público da Comarca;

2.1.10. É vedada a cobrança simultânea de importâncias relativas à prestação de atendimento médico e de SADT do SUS, de entidades públicas de saúde e/ou seguros saúde e/ou outras modalidades assistenciais de medicina de grupo e/ou cooperativas de saúde ou similares;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

2.1.11. Será instituída **Comissão Gestora do CONVÊNIO**, formada por representantes do **CONVENENTE**, da **CONVENIADA** e do **Conselho Municipal de Saúde**, visando o acompanhamento da execução do objeto do **CONVÊNIO**;

2.1.11.1. Sem prejuízo das demais atribuições legais, a Diretoria do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela correta execução e prestação de contas do presente **CONVÊNIO**.

2.1.11.2. Será instituída **Comissão Gestora do CONVÊNIO**, formada por representantes do **CONVENENTE**, da **CONVENIADA** e do **Conselho Municipal de Saúde**, visando o acompanhamento e fiscalização da execução do **CONVÊNIO**;

2.1.11.3. A Diretoria do DGDO da Secretaria Municipal de Saúde será auxiliada pela Comissão Gestora do **CONVÊNIO**.

2.1.12. A aquisição de produtos e a contratação de serviços pela entidade privada sem fins lucrativos, com recursos públicos repassados, deverá obrigatoriamente, observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, conforme determina o art. 9º do Decreto 16.215, de 12 de maio de 2008.

2.1.12.1. Nas compras cujo valor ultrapasse, no mês da competência, 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do art. 23 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será obrigatória, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato.

2.2. O objeto do **CONVÊNIO** será executado diretamente pela **CONVENIADA**.

TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Constituem atribuições dos **CONVENENTES**:

3.1.1. Realizar, em conjunto, a programação das ações e atividades a serem executadas;



3.1.2. Implantar, normatizar e manter em atividade regular a Comissão Gestora do **CONVÊNIO**;

3.1.3. Elaborar o fluxo dos usuários e encaminhamento para as atividades ora pactuadas;

3.1.4. Analisar comparativamente os dados referentes à APAC's, SADT's, FAA's e AIH's aos valores mensais repassados, a fim de subsidiar estudos sobre custos da assistência prestada no âmbito do presente Programa.

3.2. São atribuições do **CONVENENTE**:

3.2.1. Supervisionar, controlar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a operacionalização das ações e atividades pactuadas;

3.2.2. Estabelecer, implantar e manter, em adequado funcionamento, os mecanismos reguladores de acesso, assim como os mecanismos controladores dos processos de execução das ações e serviços previstos neste **CONVÊNIO** e seus anexos;

3.2.3. Disponibilizar acesso aos componentes de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde, inclusive capacitando os funcionários da **CONVENIADA** para a correta utilização deste serviço;

3.2.4. Identificar insuficiências eventualmente existentes na execução das ações e serviços conveniados, e promover intervenções que objetivem assegurar a sua correção;

3.2.5. Nomear Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, bem como indicar os seus membros, titulares e suplentes, que a comporão;

3.2.6. Auditar mensalmente os procedimentos realizados pela **CONVENIADA**, no decorrer da execução do **CONVÊNIO**, pela Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, Gerentes, auditores da Coordenadoria de Avaliação e Controle e demais instâncias gestoras do SUS Municipal, com vistas à avaliação de custeio dos serviços conveniados e emissão de relatórios de produção mensal, sem prejuízo das auditorias extraordinárias que poderão ser realizadas a qualquer momento pelo **CONVENENTE**;



3.2.7. Analisar mensalmente os dados referentes à Autorização de Internação Hospitalar (AIH) comparativamente aos valores mensais repassados, bem como os dados referentes à produção, a fim de se observar o cumprimento das metas (físico/financeiras) pela **CONVENIADA**;

3.2.8. Empenhar, no ato da celebração deste **CONVÊNIO**, o valor total a ser transferido no exercício, efetuando-se a programação para os exercícios subseqüentes;

3.2.9. Repassar verbas pactuadas conforme cláusula quarta deste **CONVÊNIO** para operacionalização e manutenção dos objetos dos Planos de Trabalho anexos;

3.2.10. Apresentar anualmente ao Conselho Municipal de Saúde os resultados das avaliações, metas pactuadas e a prestação de contas realizada pela **CONVENIADA**;

3.2.11. Atuar como facilitador para o cumprimento das ações diante de alterações de normas técnicas e administrativas, que porventura possam existir, visando o cumprimento dos princípios e diretrizes do SUS;

3.2.12. Manter uma equipe de gerência, que em conjunto com a **CONVENIADA**, deverá atribuir espaço de construção coletiva na assistência e na gestão.

3.2.13. Realizar a avaliação periódica dos resultados das ações e atividades conveniadas;

3.2.14. Implementar e avançar no Contrato de Metas, definido no Plano de Trabalho VII;

3.1.15. Elaborar e implantar os protocolos técnicos de atendimento;

3.3. São atribuições da CONVENIADA:

3.3.1. Cumprir integralmente as ações e atribuições pactuadas neste Instrumento e nos seus respectivos Planos de Trabalho e Fichas de Programação Orçamentária anexos;

3.3.2. Realizar os procedimentos, ora pactuados, conforme legislação e Normas Técnicas pertinentes aos serviços, garantindo suas qualidades;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.3.3. Indicar 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) representantes suplentes para comporem a Comissão Gestora do **CONVÊNIO** e responsabilizar-se em mantê-los em atividade regular e permanente;

3.3.4. Reconhecer e respeitar as prerrogativas do Gestor Municipal, assim como do Ministério da Saúde, nos termos da legislação vigente, de realizar fiscalização, auditoria, avaliação, controle e normatização suplementar sobre a execução do objeto deste **CONVÊNIO**;

3.3.5. Ter uma metodologia de aferição de custos e disponibilizá-la trimestralmente ou quando solicitado pelo **CONVENENTE**. Na aferição dos custos dos serviços da **CONVENIADA** deverão estar compreendidos as despesas e valores de insumos, bem como os valores relativos a gastos com pessoal;

3.3.6. Disponibilizar toda a infra-estrutura necessária à realização dos procedimentos conveniados e discriminados nos Planos de Trabalho anexos;

3.3.6.1 Nos casos em que a **CONVENIADA** não puder fornecer serviços necessários e imprescindíveis com os recursos disponibilizados e a **CONVENENTE** concordar em fornecê-los sob sua gestão, a **CONVENIADA** deverá facilitar a ação ora exposta pela **CONVENENTE**.

3.3.7. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o usuário para fins de experimentação, excetuados os casos autorizados por Comissão de Ética em Pesquisa, que poderá autorizar projetos de pesquisas segundo as Normas vigentes no Brasil;

3.3.8. Atender os usuários com dignidade e respeito, de forma universal e igualitária, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços pactuados, conforme as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) do Ministério da Saúde, aprimorando-se neste sentido;

3.3.9. Justificar ao usuário ou ao seu representante, quando solicitado por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Termo e enviar, mensalmente, ao **CONVENENTE**, através da Coordenadoria de Avaliação e Controle (CAC), cópia da justificativa da não realização;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.3.10. Afixar aviso, em local visível, de sua condição de integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nesta condição;

3.3.11. Esclarecer os usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

3.3.12. Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte, de obrigação ou exceções legais;

3.3.13. Assegurar aos usuários o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso, respeitadas as normas de funcionamento interno do Hospital, inclusive afixando aviso, em local visível, conforme determina a Lei Municipal n.º 13.234, de 07 de janeiro de 2008;

3.3.14. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos usuários nos termos da legislação vigente;

3.3.15. Notificar ao **CONVENENTE** eventuais alterações em seus estatutos e/ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;

3.3.16. Submeter-se às Normas emanadas pelo Ministério da Saúde e manter-se em conformidade com o artigo 26, parágrafo 2º. da Lei 8080/90;

3.3.17. Manter seu balanço aprovado em conformidade com o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e posteriores alterações;

3.3.18. Responsabilizar-se, exclusivamente, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, inclusive apresentando a relação dos mesmos e documentação comprobatória, mensalmente, ao Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional (DGDO) da Secretaria Municipal de Saúde:

3.3.18.1. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF **em vigência**, emitido pela Caixa Econômica Federal ou extraída via internet;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.3.18.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - Certidão Negativa de Débito – CND **em vigência**, emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou extraída via internet.

3.3.19. Apresentar mensalmente ao Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional (DGDO), através do Gerente do **CONVÊNIO**, comprovação de pagamento de Honorários aos seus profissionais e prestadores de serviços, assim como contratados.

3.3.20. Cumprir integralmente os dispositivos contidos nas Instruções e Aditamentos vigentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e suas posteriores reformulações, em especial o Aditamento n.º 04/05 e a Instrução n.º 02/2008;

3.3.21. Permitir e facilitar o acompanhamento dos custos no decorrer da execução deste **CONVÊNIO**, pela Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, Gerentes, auditores da Coordenadoria de Avaliação e Controle (CAC) e demais instâncias gestoras do SUS Municipal, com vistas à avaliação de custeio dos serviços pactuados;

3.3.22. Comprometer-se a não extinguir serviços em desenvolvimento na data da assinatura do presente termo, bem como alterar fluxo, local e quantidade de procedimentos conveniados, sem prévia aprovação do **CONVENENTE**, através da Secretaria Municipal da Saúde, ainda que essas alterações não venham a impactar nos indicadores pactuados nos Planos de Trabalho que integram o presente termo;

3.3.23. Comprometer-se a alimentar, sistemática e rotineiramente, os componentes de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde, assim como todos os sistemas de informações do Ministério da Saúde incluindo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, o Sistema de Informações Hospitalares – SIH, o Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA, e outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do SUS, em substituição ou em complementação a estes;

3.3.24. Comprometer-se a acatar as avaliações mensais do nível de desempenho na execução do presente **CONVÊNIO**, que se fará através da Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, em conformidade com o constante no Plano de Trabalho e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

considerando, para a pontuação do desempenho na área de assistência, as bases de dados dos componentes de Regulação da Secretaria Municipal da Saúde e as bases de dados dos sistemas oficiais do Ministério da Saúde (SIA/SUS e SIH/SUS), dentre outras;

3.3.25. Garantir a aplicação integral dos recursos financeiros provenientes deste **CONVÊNIO** no objeto pactuado;

3.3.26. Responsabilizar-se exclusivamente pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

3.3.26.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços, nos termos do art. 14 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

3.3.27. Compromete-se a instalar e manter serviço de atendimento ao usuário (Ouvidoria) ativo, possibilitando pesquisa de satisfação com participação do usuário na aplicação dos questionários, inclusive, comprometer-se a apresentar relatórios periódicos à Comissão Gestora do **CONVÊNIO**;

3.3.28. Em se tratando de serviço de internação, permitir, nos termos da legislação vigente, a presença de 01 (um) acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais, com direito a acomodação e alimentação, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso e a Portaria n.º 830, de 24 de junho de 1999, inclusive afixando em local visível cartaz ou placa informando sobre este direito (Decreto Municipal n.º 16.327, de 31 de julho de 2008);

3.3.29. Em se tratando de serviço de internação, permitir a visita ao usuário internado, diariamente, respeitando-se a rotina de serviço, com horário de visitas de no mínimo 09 (nove) horas por dia nas unidades de internação, atingindo no mínimo 03 (três) períodos, exceto UTI que terá seu horário de visita firmado em protocolo específico, por um período mínimo de 02 (duas) horas;



3.3.30. Elaborar e implementar projeto de aprendizado do cuidado pelos familiares dos usuários, como Familiar Participante, a fim de que lhes sejam repassadas todas as informações relevantes sobre tratamento, reabilitação, prevenção e promoção dos agravos de seus familiares em todas as unidades assistenciais;

3.3.31. Estabelecer fluxo de informações sobre usuários de riscos atendidos para as Unidades Básicas de Saúde de referência, qualificando a contra-referência e garantindo a inserção adequada do usuário na Atenção Básica;

3.3.32. Disponibilizar todos os recursos necessários para a atenção integral ao paciente internado, incluindo recursos diagnósticos, procedimentos terapêuticos, materiais necessários, sangue e hemoderivados, pactuados neste Instrumento, sendo que as exceções deverão ser justificadas e aprovadas previamente pelo **CONVENENTE**.

3.3.33. Fornecer sem restrições serviços de hotelaria, tais como roupas para os pacientes, roupa de cama e banho, fraldas; alimentação, com observância das dietas prescritas e necessidades nutricionais dos pacientes, inclusive nutrição enteral e parenteral nos casos indicados;

3.3.34. Elaborar e implantar mecanismos de Educação Permanente para profissionais da Rede de Serviços, oferecendo a eles oportunidades de acompanhamento de casos e reconhecimento de serviços, de modo a ampliar a resolubilidade de suas ações;

3.3.35. Participar de mecanismos de troca de experiências nas áreas de saúde com os demais hospitais e ambulatórios da região (Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, Hospital e Maternidade Celso Pierro, Hospital Beneficência Portuguesa, Complexo Hospitalar Ouro Verde, Rede Municipal, dentre outros);

3.3.36. Encaminhar à Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Coordenadoria de Avaliação e Controle (CAC), os documentos de Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade (APAC) e Autorização de Internação Hospitalar (AIH);

3.3.36.1. Permitir e facilitar o acompanhamento dos custos no decorrer da execução do **CONVÊNIO**, pela Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, através da Subcomissão de Custos, Gestores, auditores da Coordenadoria de Avaliação e Controle (CAC) e demais instâncias



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

gestoras do SUS Municipal, com vistas à avaliação de custeio dos serviços conveniados;

3.3.37. Manter as Fichas de Atendimento Ambulatorial (FAA), (com exceção das fichas do SAID), e as fichas dos Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT), bem como os prontuários dos pacientes à disposição da Secretaria Municipal de Saúde para avaliação e controle, respeitando determinações dos códigos de ética das categorias profissionais da saúde, devendo, quando solicitado, enviá-los ao **CONVENENTE**;

3.3.38. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos usuários, o arquivo médico, o arquivo de Fichas de Atendimento Ambulatorial e os arquivos de Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, pelo prazo previsto em lei, e respeitando as determinações do Código de Ética das categorias dos profissionais de saúde;

3.3.39. Cumprir as normas e os procedimentos relativos à apresentação de faturas mensais determinados pelo Ministério da Saúde, Secretaria do Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, principalmente aquelas concernentes às regras de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), Ficha de Atendimento Ambulatorial (FAA's), Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC's), Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT's) e fluxo de encaminhamento de pacientes;

3.3.40. Manter pessoal para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto desta parceria, garantindo número suficiente de funcionários para manter a capacidade plena do Serviço e a qualidade do atendimento;

3.3.41. A **CONVENIADA** deverá manter atualizada a CIH, conforme determinado pelas Portarias GM nº 221, de 24 de março de 1999, GM nº: 988 de 27 de junho de 2005 e GM nº: 1.722, de 22 de setembro de 2005 e demais alterações;

3.3.42. Comunicar diariamente o número total de leitos disponíveis na Instituição à Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde para fins de utilização, disciplinado por um protocolo operacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.3.43. A **CONVENIADA** deverá encaminhar mensalmente relatório sobre todos os pacientes internados no mês, contendo: nome, endereço, diagnóstico e o número de dias de internação à Secretaria Municipal Saúde, visando implantação do Sistema de Vigilância de Risco do Município de Campinas.

3.3.44. A **CONVENIADA** compromete-se a fornecer ao paciente, por ocasião de sua alta, o “Relatório de Atendimento”, contendo os seguintes dados:

3.3.44.1. Nome do paciente;

3.3.44.2. Localidade (Estado/Município);

3.3.44.3. Motivo da internação;

3.3.44.4. Data da internação;

3.3.44.5. Data da alta;

3.3.44.6. Tipo de órtese, prótese, materiais e procedimentos especiais utilizados, quando for o caso;

3.3.44.7. O cabeçalho deste documento deverá conter o seguinte esclarecimento: “ESTA CONTA SERÁ PAGA COM RECURSOS PÚBLICOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS”.

3.3.45. O Relatório de Atendimento deverá ser realizado em duas 02 (duas) vias, sendo a primeira entregue ao paciente e a segunda, com a devida assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, ou ainda de outro a seu rogo quando da impossibilidade deste, deverá ser arquivada em anexo ao prontuário do paciente pelo prazo previsto em lei.

3.3.46. A **CONVENIADA** se obriga a oferecer ao usuário todos os recursos necessários ao seu atendimento e pactuados neste **CONVÊNIO**, bem como:

3.3.46.1. Disponibilizar atendimento médico, por especialidade, com a realização de todos os procedimentos específicos e necessários para cada área, incluindo as urgências e emergências.



3.3.46.2. Disponibilizar, ainda, o trabalho em Equipe Multiprofissional, com Projeto Terapêutico Singular e utilização de ferramentas como Prontuário Integrado, através dos serviços de assistência social, odontológicos, farmacêutica, enfermagem, nutrição, reabilitação bem como outros indicados e necessários ao restabelecimento da saúde dos pacientes.

3.3.47. Responsabilizar-se pela realização de transporte interhospitalar e domiciliamento, baseado em critérios previamente estabelecidas entre as partes);

3.3.48. Integrar a Irmandade de Misericórdia de Campinas às diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde participando, quando solicitado, dos Grupos Técnicos para elaboração de protocolos clínicos específicos, implementando-os junto a Instituição;

3.3.49. Fornecer relatório, mensalmente, à Coordenadoria de Avaliação e Controle (CAC), contendo os seguintes indicadores hospitalares:

3.3.49.1. Taxa de ocupação por bloco ou especialidade;

3.3.49.2. Taxa de ocupação global;

3.3.49.3. Total de pacientes internados no mês;

3.3.49.4. Número de paciente/dia por bloco ou especialidade;

3.3.49.5. Média de permanência por bloco ou especialidade;

3.3.49.6. Média de permanência global;

3.3.49.7. Giro por bloco ou especialidade;

3.3.49.8. Giro de leitos global;

3.3.49.9. Taxa de mortalidade hospitalar por especialidade;

3.3.49.10. Taxa de mortalidade global;

3.3.49.11. Resumo de óbitos ocorridos e providências adotadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

3.4. Não será permitida a cobrança suplementar aos pacientes no âmbito do SUS, sob quaisquer pretextos, tais como: prestação de serviço de assistência à saúde, aluguel, venda de equipamento, medicamento, material médico ou quaisquer insumos;

3.5. As internações e procedimentos ambulatoriais específicos deverão respeitar os fluxos estabelecidos pelos **CONVENENTES**.

3.6. A internação eletiva se condiciona à apresentação de laudo médico autorizado por profissional especificamente designado pelo **CONVENENTE** ou da respectiva Autorização de Internação Hospitalar (AIH's).

QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da realização dos serviços previstos neste **CONVÊNIO** correrão à conta de dotações consignadas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde transferidas pelo Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, com a seguinte Classificação Orçamentária **800.01.10.122.2002.4188.0000.33.90.39.79.00 05.330-007**.

4.2. O valor **total** do presente **CONVÊNIO**, durante o período de vigência, **36 (trinta e seis) meses**, está estimado no montante financeiro de até **R\$ 18.256.245,48** (dezoito milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), podendo sofrer alterações decorrentes de normas do Ministério da Saúde durante sua vigência.

4.3. Ao **ano**, o montante estimado a ser repassado pelo **CONVENENTE** será de até **R\$ 6.085.415,16** (seis milhões, oitenta e cinco mil, quatrocentos e quinze reais e dezesseis centavos), sendo que ao **mês**, o valor encontra-se estimado em até **R\$ 507.117,93** (quinhentos e sete mil, cento e dezessete reais e noventa e três centavos), sendo que estes valores financeiros poderão sofrer variação mensal, de acordo com a produção. O repasse do valor mensal dar-se-á da seguinte forma:

4.3.1. Os valores referentes à **ASSISTÊNCIA HOSPITALAR** (Plano Trabalho I) corresponderão ao **repasso mensal estimado em até no máximo R\$ 205.385,17** (duzentos e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), assim distribuídos:

4.3.1.1. Internações Clínicas: valor **fixo** de **R\$ 115.793,37** (cento e quinze mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos) referente a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

147 (cento e quarenta e sete) AIH's mês, no valor unitário estimado em R\$ 787,71 (setecentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos).

4.3.1.2. Internações Cirúrgicas: valor estimado em **até no máximo R\$ 66.564,00** (sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais) **pagos por produção**, correspondente a 120 (cento e vinte) AIHs mês, com valor unitário estimado em R\$ 554,70 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos);

4.3.1.3. Iodoterapia: valor estimado em **até no máximo R\$ 7.160,90** (sete mil, cento e sessenta reais e noventa centavos) **pagos por produção**;

4.3.1.4. Unidade de Terapia Intensiva: valor estimado em **até no máximo R\$ 10.600,14** (dez mil, seiscentos reais e quatorze centavos) **pagos por produção**, correspondente ao valor da diária estimado em R\$ 341,94 (trezentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos) e 01 (um) leito para retaguarda, gerando, no máximo, 31 (trinta e uma) diárias mês;

4.3.1.5. Unidade de Leitos Diferenciados: valor estimado em **até no máximo R\$ 3.966,76** (três mil, novecentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos) **pagos por produção**, correspondente a 02 (dois) leitos, gerando, no máximo, 62 (sessenta e duas) diárias com valor unitário de R\$ 63,98 (sessenta e três reais e noventa e oito centavos), desde que estes leitos estejam sendo disponibilizados com todos os materiais e equipamentos necessários, assim como os funcionários indispensáveis, em 100% dos dias do mês. Caso contrário, nenhum valor de diária será repassado, sendo que a comprovação dar-se-á pelo relatório mensal emitido pela gerência do **CONVENENTE**.

4.3.1.6. Hemoterapia, fornecimento de sangue para paciente internado, quando solicitado e autorizado pelo Gerente do CONVÊNIO para emergência cirúrgica ou clínica: valor estimado em **até no máximo R\$ 800,00** (oitocentos reais) **pagos por produção**;

4.3.1.7. Apoio transporte com ou sem auxiliar de enfermagem, quando solicitado e autorizado pelo Gerente do CONVÊNIO: valor estimado em **até no máximo R\$ 500,00** (quinhentos reais), **pagos por produção**, sendo o valor por Km rodado de R\$ 1,00 (um real);



4.3.2. Os valores financeiros referentes aos **SERVIÇOS AMBULATORIAIS DE MEDIA COMPLEXIDADE** (Plano de Trabalho II) corresponderão à **estimativa mensal de até no máximo R\$ 35.772,37** (trinta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos), relativos aos procedimentos descritos na Ficha de Programação Orçamentária – FPO, **pagos por produção;**

4.3.3. Os valores financeiros referentes aos **EXAMES DE MEDICINA NUCLEAR E PATOLOGIA CLINICA** (Plano de Trabalho III) corresponderão à **estimativa mensal de até no máximo R\$ 59.698,38** (cinquenta e nove mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavo), sendo destes **R\$ 5.920,00** (cinco mil, novecentos e vinte reais) referente às **ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, pagos por produção.**

4.3.4. Os valores financeiros referentes ao **SAID** (Plano de Trabalho - IV) corresponderão à **estimativa mensal de até no máximo R\$ 51.958,00** (cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e oito reais), **pagos por produção**, assim distribuídos:

4.3.4.1 Transporte para atendimento domiciliar dentro do especificado pela gestão com garantia de, no mínimo, 06 (seis) viaturas, pagos por produção, com valores pré - determinados e apresentados através de fatura mensal e discriminados os Km rodados, sendo a estimativa mensal de **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagos por produção.**

4.3.4.2 Insumos, Incrementos e Equipamentos na assistência, dentro do especificado e autorizado pela gestão, sendo a estimativa mensal de **R\$ 21.958,00 (vinte e um mil novecentos e cinquenta e oito reais), pagos por produção.**

4.3.5. Os valores financeiros referentes **APOIO AO PRONTO SOCORRO DO CENTRO** (Plano de Trabalho VIII) corresponderão até à **estimativa mensal de até no máximo R\$ 46.909,36** (quarenta e seis mil, novecentos e nove reais e trinta e seis centavo) assim distribuídos:

4.3.5.1. Raio X: valor estimado em **até no máximo R\$ 35.000,00** (trinta e cinco mil reais) **pagos por produção;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

4.3.5.2. Tomografia e Ultrassonografia: valor estimado em até no máximo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pagos por produção;

4.3.5.3. Patologia Clínica: valor estimado em até no máximo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pagos por produção;

4.3.5.4. Insumos: valor estimado em até no máximo R\$ 500,00 (quinhentos reais) pagos por produção;

4.3.5.5. Esterilização: valor estimado em até no máximo R\$ 1.409,36 (um mil, quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos), pagos por produção;

4.3.6. Os valores financeiros referentes ao **PROJETO DE CIRURGIAS ELETIVAS** (Plano de Trabalho V) corresponderão à **estimativa mensal de até no máximo R\$ 67.188,00** (sessenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais), **pagos por produção;**

4.3.7 Os valores financeiros referentes ao **CONTRATO DE METAS** (Plano de Trabalho VI) corresponderão à **estimativa mensal de até no máximo R\$ 40.206,65** (quarenta mil duzentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), **pagos conforme pontuação** atingida na avaliação das metas quantitativas e qualitativas atingidas pela **CONVENIADA;**

4.3.7.1 Serão considerados pré requisitos para avaliação e pontuação do contrato de metas pela Comissão Gestora do **CONVÊNIO** a garantia de Recursos Humanos adequado na enfermaria e a garantia de leito de UTI e leitos de semi-intensiva conforme descrito no plano de trabalho, ambos de acordo com relatório da gerencia;

4.3.7.2. Garantia de Recursos Humanos médico, de enfermagem (01 funcionário para cada cinco leitos), assistente social e de fisioterapia adequado na enfermaria de acordo com o relatório da gerencia.

4.4. Os valores por produção definidos nos parágrafos anteriores poderão sofrer variação mensal, de acordo com os atendimentos daquele mês. Para fins de gerenciamento e glosas serão considerados os valores dos procedimentos realizados até o teto máximo financeiro do correspondente Plano de Trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

4.5. Quando a **CONVENIADA** não atingir 80% (oitenta por cento) do número de AIH's previsto no Plano de Trabalho I e/ou não atingir 80% (oitenta por cento) do número de procedimentos ambulatoriais previstos no Plano de Trabalho II, os valores financeiros poderão sofrer variação mensal, de acordo com a produção daquele mês;

4.6. Sempre que o número de atendimentos ultrapassar o valor máximo definido nos Planos de Trabalho, fica o **CONVENENTE** desobrigado de efetuar o pagamento do excedente, a não ser que razões de ordem gerencial ou epidemiológica, ou ocorrência de caso fortuito ou força maior devidamente comprovada, requeridas pelo **CONVENENTE**, justifiquem o referido pagamento;

4.7. Mensalmente o **CONVENENTE** repassará à **CONVENIADA** os valores definidos nos parágrafos anteriores, correspondentes aos atendimentos prestados conforme apresentação pela **CONVENIADA**, bem como do relatório conclusivo elaborado pelos Gerentes, de acordo com o documento aqui denominado "fatura-SUS";

4.8. Os valores definidos nos parágrafos anteriores do presente **CONVÊNIO**, correspondentes aos constantes na Tabela SUS, serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, incidentes sobre a tabela de procedimentos e, efetivamente, repassados ao Município;

4.9. Quando os recursos financeiros descritos estiverem vinculados à transferência da União (Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde) para o Município, eventuais atrasos ou qualquer tipo de suspensão de repasse pelo Ministério da Saúde para o financiamento do SUS-Municipal, não poderão ser debitados à Secretaria Municipal de Saúde, que não estará obrigada a efetuar o repasse com recursos do Tesouro Municipal. Neste caso, fica a **CONVENIADA** desobrigada, se no prazo de 03 (três) meses não houver o repasse, ao cumprimento dos serviços referentes a esses valores não repassados.

4.10. Em caso de interposição de ação judicial de qualquer natureza, decorrente da execução deste **CONVÊNIO**, seja tal relativa a ações trabalhistas, cíveis, penais, previdenciárias, dentre outras, deverá a **CONVENIADA** comunicar imediatamente e por escrito ao **CONVENENTE** que poderá, em casos específicos e após análise *in concreto*, efetuar a retenção dos valores relativos à condenação das quantias correspondentes no valor do repasse à **CONVENIADA**;

4.11. A **CONVENIADA** deverá aplicar integralmente os recursos financeiros transferidos pelo **CONVENENTE** no cumprimento do objeto deste **CONVÊNIO**.



QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO

5.1. O Fundo Municipal de Saúde, órgão da Secretaria Municipal de Saúde, é responsável pelas transferências de recursos financeiros previstos neste Termo, até o montante declarado em documento administrativo-financeiro, denominado “autorização de pagamento”, fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde à **CONVENIADA**. A autorização de pagamento será liberada conforme descrito nos subitens seguintes:

5.1.1. A **CONVENIADA** apresentará, mensalmente, à Coordenadoria de Avaliação e Controle – CAC e Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional – órgãos da Secretaria Municipal de Saúde, os documentos referentes às atividades objeto deste **CONVÊNIO**, obedecendo, para tanto, os procedimentos e os prazos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde, com a descrição das ações e procedimentos executados, discriminando os custos e identificando os respectivos valores;

5.1.2. A Secretaria Municipal de Saúde, através da Coordenadoria de Avaliação e Controle – CAC e Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional - DGDO, receberá, verificará e conferirá os documentos recebidos da **CONVENIADA**, atestando a sua exatidão de acordo com o cronograma de desembolso financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento;

5.1.3. Para fins de comprovação da data de apresentação dos documentos e observância dos prazos de transferência dos recursos, será entregue à **CONVENIADA**, recibo assinado por servidor da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhado de carimbo funcional;

5.1.4. Os documentos não aceitos pelo Serviço de Processamento de Dados dos Gestores do SUS ou pela Conferência Técnica e Administrativa serão devolvidos à **CONVENIADA** para as correções cabíveis, devendo ser reapresentados, juntamente com o documento original devidamente inutilizado, no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde;

5.1.5. Somente será autorizado o repasse à **CONVENIADA** após a aprovação dos relatórios pelo Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional e encaminhados ao Sistema de Auditoria do **CONVENENTE**.



SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. As parcelas referentes ao objeto deste **CONVÊNIO** serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado e após o primeiro repasse, no montante correspondente ao objeto executado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas, sem prejuízo da denúncia e apuração das responsabilidades nas esferas cabíveis:

6.1.1. Quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Secretaria Municipal de Saúde ou outros órgãos da Administração Públicas;

6.1.2. Quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

6.2. Os recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês;

6.3. As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do **CONVÊNIO** e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;

6.4. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do **CONVÊNIO**, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.



SÉTIMA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do presente **CONVÊNIO** será avaliada pelos Órgãos competentes do SUS e do Sistema Municipal de Saúde, através da Comissão Gestora do **CONVÊNIO** e Gerentes e auditadas, através da Coordenadoria de Avaliação e Controle (CAC), mediante procedimento de supervisão direta e indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente **CONVÊNIO**, bem como outros dados que se fizerem necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

7.1.1. O controle e avaliação da execução das metas do presente **CONVÊNIO** dar-se-á através dos órgãos competentes do SUS, pela Coordenadoria de Avaliação e Controle, através de relatórios estatísticos e de informação gerencial mensal e outros que forem aprovados pela Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, sempre de acordo com o fluxo e o cronograma estabelecido;

7.1.2. O **CONVENIENTE** poderá, na forma da lei e em casos específicos, realizar auditoria especializada na **CONVENIADA**;

7.1.3. Sempre que necessário, o **CONVENIENTE** vistoriará as instalações da **CONVENIADA** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas da mesma, comprovadas por ocasião da assinatura do presente **CONVÊNIO**;

7.1.4. Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da **CONVENIADA**, desde que não acordada previamente com o **CONVENIENTE**, poderá ensejar a não prorrogação deste **CONVÊNIO**, bem como permitirá ao **CONVENIENTE** a revisão das condições ora estipuladas, denunciando ou diminuindo os valores de repasse financeiro na mesma proporção das alterações, modificações e/ou diminuição da capacidade operativa da **CONVENIADA**;

7.1.5. A fiscalização exercida pelo **CONVENIENTE** sobre os serviços objeto do **CONVÊNIO** não eximirá a **CONVENIADA** de suas plenas responsabilidades para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste **CONVÊNIO**;

7.1.6. A **CONVENIADA** se obriga a facilitar o acompanhamento e fiscalização permanente dos serviços prestados, bem como a prestar todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados pelo **CONVENIENTE**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

7.1.7. Sem prejuízo da denúncia imediata na hipótese de descumprimento dos subitens anteriores, as responsabilidades serão apuradas mediante processo administrativo em que se garanta o contraditório e a ampla defesa.

7.2. Sem prejuízo das demais atribuições legais, a Diretoria do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela correta execução e prestação de contas do presente **CONVÊNIO**.

7.2.1. A Diretoria do DGDO da Secretaria Municipal de Saúde será auxiliada pela Comissão gestora do **CONVÊNIO**.

OITAVA – DA COMISSÃO GESTORA DO CONVÊNIO

8.1. A Comissão Gestora do **CONVÊNIO** será constituída, através de ato específico do Gestor Municipal, publicada em Diário Oficial do Município.

8.1.1. Integrarão, obrigatoriamente, a Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, no mínimo 02 (dois) representantes titulares e 02 (dois) representantes suplentes da Secretaria Municipal de Saúde do **CONVENENTE**, da **CONVENIADA** e do Conselho Municipal de Saúde.

8.1.1.1. O representante suplente deverá substituir o titular na sua ausência, sendo-lhe garantido o direito a voz e voto.

8.1.1.2. Na presença do titular, o suplente terá direito a voz, mas não direito a voto.

8.1.2. Compete a Comissão Gestora do **CONVÊNIO**:

8.1.2.1. Realizar o acompanhamento da execução do objeto do **CONVÊNIO**, principalmente no tocante aos seus custos, cumprimento das metas pactuadas nos Planos de Trabalho e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários;

8.1.2.2. Aprovar os relatórios encaminhados pela **CONVENIADA**;

8.1.2.3. Analisar e propor alterações aos termos do **CONVÊNIO**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

8.1.2.4. Analisar e aprovar propostas para a realização dos projetos, programas ou ações objeto do **CONVÊNIO**;

8.1.2.5. Manifestar-se sobre eventuais demandas de caráter técnico, científico, social e administrativo relacionadas com o **CONVÊNIO**;

8.1.2.6. Elaborar relatórios de atividades dos projetos desenvolvidos, mensalmente ou quando solicitado por qualquer dos **CONVENENTES**;

8.1.2.7. Avaliar o grau de aproveitamento dos serviços e procedimentos conveniados, bem como as competências dos **CONVENENTES** e causas de não aproveitamento, visando à correção de eventuais problemas detectados;

8.1.2.8. Emitir relatório mensal, conclusivo, indicando o percentual da parcela variável que deverá ser repassado à **CONVENIADA**, em função do nível de desempenho apurado no **CONTRATO DE METAS**, no período avaliado. Esse relatório deverá ser emitido a partir do segundo mês de vigência do presente termo, considerando o desempenho apurado no primeiro mês e assim sucessivamente.

8.1.3. A **CONVENIADA**, assim como o **CONVENENTE**, através da Secretaria Municipal da Saúde, fica obrigada a, mensal e rotineiramente fornecer à Comissão Gestora do **CONVÊNIO**, todas as informações e documentos necessários para que esta possa executar, de modo correto as suas atribuições.

8.1.4. A existência da Comissão Gestora do **CONVÊNIO** mencionada não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente **CONVÊNIO** vigorará pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses a contar do dia 28.12.2008** para atendimento de todas as ações neste Instrumento previstas, prorrogável nos termos da legislação vigente.

9.1.1. No ato de celebração do **CONVÊNIO**, o **CONVENENTE** deverá empenhar o valor total a ser transferido no exercício, efetuando-se a programação para os exercícios



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

subseqüentes, no caso de **CONVÊNIO** com vigência plurianual, conforme determina o artigo 7º do Decreto Municipal n.º 16.215, de 12 de maio de 2008.

DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

10.1. O presente **CONVÊNIO** poderá ser alterado para sua adequação às novas Portarias e/ou Normas do Ministério da Saúde ou Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e/ou do Município, ou ainda, para adequação ou ampliação dos Planos de Trabalho.

DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE TRABALHO

11.1. Os Planos de Trabalho são parte integrante do presente **CONVÊNIO**, independente de transcrição, atendendo os requisitos exigidos pelo art. 116 da Lei Federal n.º 8.666-93.

DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

12.1. A **CONVENIADA** é responsável pela indenização de danos causados aos usuários, aos Órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, por negligência, imprudência ou imperícia, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, com direito a ação regressiva.

12.1.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste **CONVÊNIO** pelos órgãos competentes do SUS não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONVENIADA** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos e demais legislação vigente;

12.1.2. A responsabilidade de que trata esta Cláusula, estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do artigo 14 da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1.990 (Código de Defesa do Consumidor).

DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

13.1. O presente **CONVÊNIO** poderá ser denunciado total ou parcialmente por qualquer um dos **CONVENENTES**, sempre por escrito e com **antecedência mínima de 90 (noventa dias)**, quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

13.1.1. Fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo **CONVENENTE**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

13.1.2. Ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do **CONVENENTE** ou outras esferas do Sistema Único de Saúde;

13.1.3. Não entrega de relatórios e documentos, pela **CONVENIADA**, nos prazos acordados;

13.1.4. Não observância dos fluxos estabelecidos pelos **CONVENENTES**;

13.1.5. Constatação, através de procedimento administrativo, da cobrança indevida aos usuários por prestação de serviços ou procedimentos conveniados.

13.2. A denúncia do presente **CONVÊNIO** obedecerá às disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que for aplicável aos **CONVÊNIOS**, sendo que as atividades e serviços prestados não poderão ser reduzidos ou interrompidos durante o prazo de 90 (noventa) dias que deverá anteceder a denúncia.

13.2.1. O prazo estabelecido no *caput* será ampliado se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à saúde da população e o respectivo repasse financeiro.

DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. É competente o Foro da Justiça Federal da comarca de Campinas - SP para dirimir as questões deste **CONVÊNIO** porventura surgidas em decorrência de sua execução e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente instrumento será publicado no Diário Oficial do Município, no prazo determinado nos termos da legislação vigente, contados da data de sua assinatura.

DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Em virtude da implementação das Normatizações de Pactuação do SUS, o presente **CONVÊNIO** ficará sujeito a alterações que porventura se façam necessárias, inclusive àquelas de caráter financeiro, mediante novo instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Campinas, 28 de dezembro de 2008.

Dr. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS

Prefeito de Campinas

CARLOS HENRIQUE PINTO

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

JOSÉ FRANCISCO KERR SARAIVA

Secretário Municipal de Saúde

ANTÔNIO MURILLO MORAES DE ALMEIDA

Provedor da Irmandade de Misericórdia de Campinas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo n.º08/10/50.479

Conveniente: Prefeitura Municipal de Campinas

Conveniada: Irmandade de Misericórdia de Campinas

Tipo de concessão: Subvenção Federal

Valor repassado: R\$ 18.256.245,48

Termo de Convênio n.º 27/08

Exercício: 2008

Na qualidade de **CONVENIENTE** e **CONVENIADA**, respectivamente, dos recursos acima identificados, e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até o julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Campinas, 28 dezembro de 2008.

DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS

Prefeito Municipal

ANTÔNIO MURILLO MORAES DE ALMEIDA

Provedor da Irmandade de Misericórdia de Campinas